

LICITAÇÕES - EXTRATOS - LICENÇAS - TERMOS - ATAS

Secretaria de Estado da Administração

ATO PÚBLICO

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO  
COMISSÃO ESTADUAL DE ACUMULAÇÃO DE CARGOS

PUBLICAÇÃO DE ATOS PÚBLICOS João Pessoa, 13 de junho de 2025.  
Encaminhamos para o arquivo o processo administrativo abaixo relacionado, posto que o servidor encontra-se com a situação regularizada, conforme comprovação documental inserida aos autos.

Nº	Nº PROCESSO	MATRÍCULA	NOME
1.	SAD-PSE-2025/11699	907.922-0	GÉRSON GUIMARÃES DE OLIVEIRA

Comissão Estadual de Acumulação de Cargos  
Thiago César Cavalcanti de Miranda Coelho  
Presidente

Companhia de Água e Esgotos do Estado da Paraíba

EDITAL DE CHAMAMENTO

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DA PARAÍBA - CAGEPA

AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO  
A Companhia de Água e Esgotos da Paraíba - CAGEPA, através da Comissão de Avaliação de Patrocínio torna público que a partir desta data até o dia 11/07/2025, fica aberto o prazo para inscrição dos interessados em participar do Chamamento Público que visa Patrocinar Clubes de Futebol Paraibanos que participarão do campeonato brasileiro no ano de 2025 das séries C e D que tenham interesse em divulgar a marca da CAGEPA, conforme plano de trabalho e que se enquadre nos requisitos definidos no edital e seus anexos. Adquirir o edital ou obter informações na CAGEPA Central, localizada a Av. Feliciano Cirne, 220, bairro de Jaguaribe, na cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba. Fone/fax: (83) 3218-1297 – e-mail: [acm@cagepa.pb.gov.br](mailto:acm@cagepa.pb.gov.br). O Edital poderá ser retirado nos sites [www.cagepa.pb.gov.br](http://www.cagepa.pb.gov.br).

Felipe de Mattos Matias  
Presidente da CAP

João Pessoa, 12 de junho de 2025.

Fundo Especial do Corpo de Bombeiros

NOTAS

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR  
COMISSÃO COORDENADORA DO CONCURSO  
CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS BM-2025

NOTA Nº 014 - CCCCFO-BM-2025  
O Coordenador-Geral da Comissão Coordenadora Geral do Concurso Público para o CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DA PARAÍBA/2025, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Portaria nº 050/GCG/2024-CG, publicada no Diário Oficial do Estado nº 18.120, datado de 08 de junho de 2024, escudado no que pontifica o Edital nº 001/2024 CFO BM-2025, RESOLVE:

TORNAR PÚBLICO que o ATO Nº 024-CCCCFO BM-2025, cujo expediente trata do RESULTADO PRELIMINAR DO EXAME DE APTIDÃO FÍSICA dos candidatos reintegrados judicialmente dos candidatos do Concurso para o Curso de Formação de Oficiais Bombeiro Militar CFO BM-2025, e o ATO Nº 042-CCCCFO-BM-2023, o qual trata do RESULTADO DA AVALIAÇÃO SOCIAL do Curso de Formação de Oficiais Bombeiro Militar CFO BM-2023, encontram-se disponíveis no link: <http://www.bombeiros.pb.gov.br/>.

João Pessoa, data da assinatura eletrônica.  
LUCAS SEVERIANO DE LIMA MEDEIROS – CEL BM QOEM  
Coordenador-Geral da Comissão do Concurso CFO BM-2025

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR  
COMISSÃO COORDENADORA DO CONCURSO  
CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS BM-2025

NOTA Nº 015 - CCCCFO-BM-2025  
O Coordenador-Geral da Comissão Coordenadora Geral do Concurso Público para o CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DA PARAÍBA CFO BM-2025, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Portaria nº 050/GCG/2024-CG, publicada no Diário Oficial do Estado nº 18.120, datado de 8 de junho de 2024, alterada e aditada pela Portaria nº 056/GCG/2025-CG, de 9 de maio de 2025, publicada no Diário Oficial do Estado nº 18.345, de 10 de maio de 2025, e escudado no que pontifica o Edital nº 001/2024 CFO BM-2025:

TORNAR PÚBLICO que o ATO Nº 025-CCCCFO BM-2025 e o ATO Nº 026-CCCCFO BM-2025, os quais tratam das SOLUÇÕES DE RECURSOS dos candidatos do Concurso para o Curso de Formação

de Oficiais Bombeiro Militar CFO BM-2025, e o ATO Nº 046-CCCCFO-BM-2024, cujo expediente trata do RESULTADO DA AVALIAÇÃO SOCIAL do Curso de Formação de Oficiais Bombeiro Militar CFO BM-2024, encontram-se disponíveis no link: <http://www.bombeiros.pb.gov.br/>.

João Pessoa, data da assinatura eletrônica.  
LUCAS SEVERIANO DE LIMA MEDEIROS – CEL BM QOEM  
Coordenador-Geral da Comissão do Concurso CFO BM-2025

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR  
COMISSÃO COORDENADORA DO CONCURSO  
CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS BM-2025

NOTA Nº 016 - CCCCFO-BM-2025  
O Coordenador-Geral da Comissão Coordenadora Geral do Concurso Público para o CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DA PARAÍBA CFO BM-2025, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Portaria nº 050/GCG/2024-CG, publicada no Diário Oficial do Estado nº 18.120, datado de 8 de junho de 2024, alterada e aditada pela Portaria nº 056/GCG/2025-CG, de 9 de maio de 2025, publicada no Diário Oficial do Estado nº 18.345, de 10 de maio de 2025, e escudado no que pontifica o Edital nº 001/2024 CFO BM-2025:

TORNAR PÚBLICO que o ATO Nº 027-CCCCFO BM-2025, cujo expediente trata do RESULTADO DEFINITIVO DO EXAME DE APTIDÃO FÍSICA, e o ATO Nº 028-CCCCFO BM-2025, o qual trata do PREENCHIMENTO DO FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO SOCIAL (FAS) dos candidatos reintegrados judicialmente, dos candidatos do Concurso para o Curso de Formação de Oficiais Bombeiro Militar CFO BM-2025, encontram-se disponíveis no link: <http://www.bombeiros.pb.gov.br/>.

João Pessoa, data da assinatura eletrônica.  
LUCAS SEVERIANO DE LIMA MEDEIROS – CEL BM QOEM  
Coordenador-Geral da Comissão do Concurso CFO BM-2025

Fundo Estadual de Apoio ao Empreendedorismo

EDITAL E AVISO

FUNDO ESTADUAL DE APOIO AO EMPREENDEDORISMO  
PROGRAMA EMPREENDER PARAÍBA

EDITAL  
O GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA através da SECRETARIA EXECUTIVA DO EMPREENDEDORISMO DA SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO E DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - SETDE, órgão responsável pela administração e operacionalização do Programa de Apoio ao Empreendedorismo na Paraíba – Programa EMPREENDER PB, bem como do Fundo Estadual de Apoio ao Empreendedorismo – Fundo EMPREENDER PB, CNPJ nº 13.307.527/0001-05, conforme disposto na Lei Estadual n.º 10.128/2013, com sede localizada na Avenida Barão de Mamanguape, n.º 1190, bairro Torre, CEP n.º 58.040-331, Município de João Pessoa, neste Estado, torna público pelo presente EDITAL as linhas de crédito do Programa EMPREENDER PB e demais disposições relacionadas, nos termos a seguir:

- 1 DO PROGRAMA EMPREENDER PB
- 1.1 O Governo do Estado da Paraíba tem, dentre seus objetivos, o combate à pobreza, a redução das desigualdades e a promoção do crescimento econômico com inclusão social.
- 1.2 O Programa EMPREENDER PB, de acordo com o estabelecido na Lei Estadual n.º 10.128/2013, tem como prioridade a concessão de crédito produtivo orientado com o objetivo de incentivar a geração de ocupação e renda entre os empreendedores paraibanos, bem como, apoiar e fortalecer a economia solidária, o microempreendedor individual, o microempresário, o empresário de pequeno porte, e as cooperativas de produção do Estado da Paraíba, promovendo ações com o objetivo principal de gerar ocupação e renda.
- 1.3 Os interessados em participar do Programa EMPREENDER PB são doravante referenciados neste edital pelas denominações “proponente”, “inscrito” ou “tomador(a) final de recursos”, de acordo com a etapa ou fase a que se tratar a respectiva disposição.

- 2 DAS INSCRIÇÕES
- 2.1 As inscrições serão realizadas de acordo com a capacidade de atendimento do Programa EMPREENDER PB, observando-se também as ações e atividades realizadas pela Secretaria Executiva do Empreendedorismo no âmbito daquele, e serão efetivadas por meio eletrônico, através de página/portal disponível no endereço institucional de internet [www.empreenderpb.pb.gov.br](http://www.empreenderpb.pb.gov.br).
- 2.2 A Secretaria Executiva do Empreendedorismo poderá a qualquer tempo suspender ou interromper as inscrições em virtude de disponibilidade técnica e operacional, bem como, para observância de planejamento orçamentário.
- 2.3 Podem se inscrever, no Programa EMPREENDER PB, as pessoas físicas maiores de 18 (dezoito) anos ou legalmente emancipadas, que residem no Estado da Paraíba há mais de 06 (seis) meses, bem como as pessoas jurídicas devidamente registradas no Estado da Paraíba há mais de 01 (um) ano.
- 2.4 As inscrições são gratuitas e as pessoas físicas e/ou jurídicas que as realizarem declaram ter pleno conhecimento da integralidade dos termos do presente neste Edital.
- 2.5 As PESSOAS FÍSICAS interessadas em participar do Programa EMPREENDER PB deverão apresentar no ato da inscrição a documentação obrigatória a seguir especificada, em cópias legíveis:

- a) Documento de identificação com foto, reconhecido como válido pela legislação vigente (art. 2º da Lei Federal n.º 12.037/2009);
- b) Cartão de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou comprovante de inscrição expedido pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e emitido no máximo 90 (noventa) dias antes da apresentação;
- c) Comprovante de residência em nome do(a) inscrito(a)/proponente, observado o disposto na Lei Federal n.º 7.115/1983, indicando endereço no município para o qual a inscrição foi disponibilizada, podendo o mesmo empreender na microrregião geoadministrativa que o município indicado se encontra, observando-se a metodologia técnica de mapeamento estabelecida pelo Governo do Estado da Paraíba para as atividades do Orçamento Democrático Estadual (ODE);
- d) Comprovante de conta bancária em nome do(a) inscrito(a)/proponente, contendo a numeração da agência e da conta, necessário para o processamento financeiro, em instituição bancária considerada válida no âmbito do Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAF) do Governo do Estado da



Paraíba, conforme a relação disponibilizada previamente no endereço institucional de internet [www.empreenderpb.pb.gov.br](http://www.empreenderpb.pb.gov.br);

e) Certidões de regularidade fiscais emitidas pela Fazenda Nacional e Estadual;

2.6 As PESSOAS JURÍDICAS interessadas a participar do Programa EMPREENDER PB deverão apresentar no ato da inscrição a documentação obrigatória a seguir especificada, em cópias legíveis:-

a) Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) expedido pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e emitido no máximo 90 (noventa) dias antes da apresentação, registrando situação regular e ativa;

b) Contrato social da pessoa jurídica ou documento equivalente, devidamente registrado na Junta Comercial do Estado da Paraíba e/ou outros órgãos estabelecidos pela legislação vigente, ou Certificado da Condição de Microempreendedor Individual (CCMEI) em se tratando de Microempreendedor Individual (MEI);

c) Alvará de funcionamento emitido pelo município no qual se situa a sede da pessoa jurídica, ou documento comprobatório da autorização para funcionamento da atividade, dentro do prazo de vigência, caso não se trate de autorização por tempo indeterminado;

d) Certidões de regularidade fiscais emitidas pela Fazenda Nacional e Estadual;

e) Certidões Negativa de Débitos Trabalhistas e com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

f) Documento de identificação com foto, do(s) sócio(s) e/ou titular(es)/representante(s) da pessoa jurídica reconhecido como válido pela legislação vigente (art. 2º da Lei Federal n.º 12.037/2009);

g) Cartão de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) do(s) sócio(s) e/ou titular(es)/representante(s) da pessoa jurídica, ou comprovante de inscrição expedido pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e emitido no máximo 90 (noventa) dias antes da apresentação;

h) Comprovante(s) de residência em nome do(s) sócio(s) e/ou titular(es)/representante(s) da pessoa jurídica proponente, observado o disposto na Lei Federal n.º 7.115/1983, preferencialmente indicando endereço no município e/ou região geoadministrativa para o qual a inscrição foi disponibilizada, observando-se a metodologia técnica de mapeamento estabelecida pelo Governo do Estado da Paraíba para as atividades do Orçamento Democrático Estadual (ODE);

i) Comprovante de conta bancária em nome da pessoa jurídica, contendo a numeração da agência e da conta, necessário para o processamento financeiro, em instituição bancária considerada válida no âmbito do Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAF) do Governo do Estado da Paraíba, conforme a relação disponibilizada previamente no endereço institucional de internet [www.empreenderpb.pb.gov.br](http://www.empreenderpb.pb.gov.br);

j) Escritura pública demonstrando a propriedade do imóvel onde se encontra instalada a sede da Pessoa Jurídica; ou, contrato particular (compra e venda ou cessão de uso) referente ao imóvel onde se encontra instalada a sede da Pessoa Jurídica, com reconhecimento de firmas dos signatários por cartório/tabelionato competente, acompanhada de certidão e/ou escritura pública que comprove a atual situação da propriedade do imóvel; ou, em se tratando de imóvel objeto de locação, cópia do contrato de locação do imóvel e seus respectivos aditivos (se houver), em vigor e com reconhecimento de firmas dos signatários por cartório/tabelionato competente.

2.7 O (a) proponente PESSOA FÍSICA ou JURÍDICA deverá indicar, no ato da inscrição, qual linha de crédito do Programa EMPREENDER PB tem interesse, ciente de que tal seleção não poderá ser modificada posteriormente, e que a opção por linha de crédito incorreta e/ou incompatível ensinará o indeferimento e arquivamento sumário da inscrição e/ou do processo administrativo de concessão de financiamento de crédito produtivo orientado, bem como, de que o prosseguimento de sua participação dependerá, também, do atendimento integral às exigências documentais e técnicas específicas da linha de crédito selecionada, especificadas neste Edital.

2.8 A ausência de qualquer documentação obrigatória e/ou o não atendimento pelo(a) proponente de qualquer regra formal e prazos estabelecidos no presente Edital ensinarão o indeferimento e arquivamento sumário da inscrição e/ou do processo administrativo de concessão de financiamento de crédito produtivo orientado.

**3 DAS CAPACITAÇÕES**

3.1 O Programa EMPREENDER PB disponibilizará capacitações em áreas relacionadas ao empreendedorismo, objetivando dotar o(a) inscrito(a) de conhecimentos essenciais para administração e aplicação do crédito produtivo orientado.

3.2 As capacitações serão realizadas de acordo com a capacidade de atendimento do Programa EMPREENDER PB, observando-se as ações e atividades realizadas pela Secretaria Executiva do Empreendedorismo, podendo estas serem efetivadas por meio presencial e/ou eletrônico.

3.3. Os certificados de cursos de capacitação presenciais e/ou à distância (cursos online) expedidos por outros órgãos e instituições poderão ser reconhecidos e aceitos como válidos, no âmbito do Programa EMPREENDER PB, exclusivamente por ato da Secretaria Executiva do Empreendedorismo.

3.4 Os certificados de capacitações realizadas ou validadas pelo Programa EMPREENDER PB serão integrados na documentação do(a) inscrito(a) e farão parte do respectivo processo administrativo de concessão de financiamento de crédito produtivo orientado.

3.5 A não apresentação de certificado válido ou a ausência injustificada do(a) inscrito(a) ao curso de capacitação disponibilizado pelo Programa EMPREENDER PB ensinará o indeferimento e arquivamento sumário do processo administrativo de concessão de financiamento de crédito produtivo orientado.

**4 DAS LINHAS DE CRÉDITO**

**4.1 EMPREENDER PESSOA FÍSICA:**

4.1.1 A linha de crédito EMPREENDER PESSOA FÍSICA é destinada somente às PESSOAS FÍSICAS com idade igual ou superior a 30 (trinta) anos, e tem como objetivo incentivar a geração de ocupação e renda entre os empreendedores paraibanos.

4.1.2 Documentação específica da linha de crédito EMPREENDER PESSOA FÍSICA:

a) Plano de negócio, acompanhado de documentos comprobatórios quando disponíveis;

4.1.3 Os limites de valores mínimo e máximo dos créditos a serem concedidos através da linha EM PREENDER PESSOA FÍSICA são R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais) e R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), respectivamente.

4.1.4 A taxa de juros referente à linha EMPREENDER PESSOA FÍSICA é de 0,64% a.m. (zero vírgula sessenta e quatro por cento ao mês).

4.1.5 Para concessão de crédito e financiamento será retido o percentual de 2% (dois por cento) do valor total liberado para formação da reserva garantidora.

4.1.6 O pagamento poderá ser dividido em até 30 (trinta) parcelas mensais fixas, com carência de 06 (seis) meses, não havendo possibilidade de conversão de carência em prazo mensal adicional, constituindo prazo total de financiamento (parcelas + carência) de até 36 (trinta e seis) meses.

EMPREENDER PESSOA FÍSICA					
Limites		Taxa de juros	Número de parcelas mensais	Período de carência	Prazo total de financiamento
Valor mínimo	R\$ 1.500,00	0,64% a.m.	Até 30 (trinta)	06 (seis) meses	Até 36 (trinta e seis) meses
Valor máximo	R\$ 15.000,00				

**4.2 EMPREENDER JUVENTUDES:**

4.2.1 A linha de crédito EMPREENDER JUVENTUDES é destinada a PESSOAS FÍSICAS, tendo como foco específico os jovens paraibanos com idade entre 18 (dezoito) e 29 (vinte e nove) anos, ou com idade inferior, mas que se encontrem legalmente emancipadas, estimulando e gerando subsídios para o empreendedorismo e emancipação deste segmento da população.

4.2.2 Documentação específica da linha de crédito EMPREENDER JUVENTUDES:

a) Plano de negócio, acompanhado de documentos comprobatórios quando disponíveis;

b) Documentação comprobatória de qualificação escolar, acadêmica e/ou profissionalizante, sendo aceitos diplomas, certificados, históricos e declarações que permitam a inequívoca identificação do(a) inscrito(a) e da pessoa física e/ou jurídica emitente da documentação.

4.2.3 Os limites de valores mínimo e máximo dos créditos a serem concedidos através da linha EMPREENDER JUVENTUDES são R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais) e R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), respectivamente.

4.2.4 A taxa de juros referente à linha EMPREENDER JUVENTUDES é de 0,55% a.m. (zero vírgula cinquenta e cinco por cento ao mês).

4.2.5 Para concessão de crédito e financiamento será retido o percentual de 2% (dois por cento) do valor total liberado para formação da reserva garantidora.

4.2.6 O pagamento poderá ser dividido em até 40 (quarenta) parcelas mensais fixas, com carência de 10 (dez) meses, não havendo possibilidade de conversão de carência em prazo mensal adicional, constituindo prazo total de financiamento (parcelas + carência) de até 50 (cinquenta) meses.

EMPREENDER JUVENTUDES					
Limites		Taxa de juros	Número de parcelas mensais	Período de carência	Prazo total de financiamento
Valor mínimo	R\$ 1.500,00	0,55% a.m.	Até 40 (quarenta)	10 (dez) meses	Até 50 (cinquenta) meses
Valor máximo	R\$ 15.000,00				

**4.3 EMPREENDER PROFISSIONAL LIBERAL:**

4.3.1 A linha de crédito EMPREENDER PROFISSIONAL LIBERAL é destinada a PESSOAS FÍSICAS com idade igual ou superior a 30 (trinta) anos que atuem como profissionais liberais nas suas respectivas áreas de formação em nível superior e/ou técnico/tecnológico, e pretendam investir o crédito objeto de financiamento em atividade(s) relacionada(s) à tais áreas, com o objetivo de incentivar a geração de ocupação e renda.

4.3.2 A Secretaria Executiva do Empreendedorismo divulgará na imprensa oficial, na página/portal disponível no endereço institucional de internet [www.empreenderpb.pb.gov.br](http://www.empreenderpb.pb.gov.br), a relação das áreas e atividades consideradas como habilitadas para solicitação de crédito produtivo orientado através da linha de crédito EMPREENDER PROFISSIONAL LIBERAL do Programa EMPREENDER PB.

4.3.3 Documentação específica da linha de crédito EMPREENDER PROFISSIONAL LIBERAL:

a) Plano de negócio, acompanhado de documentos comprobatórios quando disponíveis;

b) Documentação comprobatória e/ou carteira profissional – válida e vigente – fornecida por entidade ou órgão de representação de classe profissional que habilite o(a) inscrito(a)/proponente ao exercício e fiscalize sua atuação como profissional liberal, ou, quando inexistente ou inaplicável, certificado e/ou diploma de conclusão de curso superior e/ou técnico/tecnológico na área de formação específica em que o(a) profissional liberal atue e pretenda investir o crédito produtivo orientado.

4.3.4 Os limites de valores mínimo e máximo dos créditos a serem concedidos através da linha EMPREENDER PROFISSIONAL LIBERAL são R\$ 3.000,00 (três mil reais) e R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), respectivamente.

4.3.5 A taxa de juros referente à linha EMPREENDER PROFISSIONAL LIBERAL é de 0,64% a.m. (zero vírgula sessenta e quatro por cento ao mês).

4.3.6 Para concessão de crédito e financiamento será retido o percentual de 2% (dois por cento) do valor total liberado para formação da reserva garantidora.

4.3.7 O pagamento poderá ser dividido em até 30 (trinta) parcelas mensais fixas, com carência de 06 (seis) meses, não havendo possibilidade de conversão de carência em prazo mensal adicional, constituindo prazo total de financiamento (parcelas + carência) de até 36 (trinta e seis) meses.

EMPREENDER PROFISSIONAL LIBERAL					
Limites		Taxa de juros	Número de parcelas mensais	Período de carência	Prazo total de financiamento
Valor mínimo	R\$ 3.000,00	0,64% a.m.	Até 30 (trinta)	06 (seis) meses	Até 36 (trinta e seis) meses
Valor máximo	R\$ 30.000,00				

**4.4 EMPREENDER PROFISSIONAL LIBERAL JUVENTUDES:**

4.4.1 A linha de crédito EMPREENDER PROFISSIONAL LIBERAL JUVENTUDES é destinada a PESSOAS FÍSICAS com idade entre 18 (dezoito) e 29 (vinte e nove) anos, ou com idade inferior, mas que se encontrem legalmente emancipadas, e que atuem como profissionais liberais nas suas respectivas áreas de formação em nível superior e/ou técnico/tecnológico, e pretendam investir o crédito objeto de financiamento em atividade(s) relacionada(s) à tais áreas, com o objetivo de incentivar a geração de ocupação e renda.

4.4.2 A Secretaria Executiva do Empreendedorismo divulgará na imprensa oficial, na página/portal disponível no endereço institucional de internet [www.empreenderpb.pb.gov.br](http://www.empreenderpb.pb.gov.br), a relação das áreas e atividades consideradas como habilitadas para solicitação de crédito produtivo orientado através da linha de crédito EMPREENDER PROFISSIONAL LIBERAL JUVENTUDES do Programa EMPREENDER PB.

4.4.3 Documentação específica da linha de crédito EMPREENDER PROFISSIONAL LIBERAL JUVENTUDES:

a) Plano de negócio, acompanhado de documentos comprobatórios quando disponíveis;

b) Documentação comprobatória e/ou carteira profissional – válida e vigente – fornecida por entidade ou órgão de representação de classe profissional que habilite o(a) inscrito(a)/proponente ao exercício e fiscalize sua atuação como profissional liberal, ou, quando inexistente ou inaplicável, certificado e/ou diploma de conclusão de curso superior e/ou técnico/tecnológico na área de formação específica em que

o(a) profissional liberal atue e pretenda investir o crédito produtivo orientado.

4.4.4 Os limites de valores mínimo e máximo dos créditos a serem concedidos através da linha EMPREENDER PROFISSIONAL LIBERAL JUVENTUDES são R\$ 3.000,00 (três mil reais) e R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), respectivamente.

4.4.5 A taxa de juros referente à linha EMPREENDER PROFISSIONAL LIBERAL JUVENTUDES é de 0,64% a.m. (zero vírgula sessenta e quatro por cento ao mês).

4.4.6 Para concessão de crédito e financiamento será retido o percentual de 2% (dois por cento) do valor total liberado para formação da reserva garantidora.

4.4.7 O pagamento poderá ser dividido em até 40 (quarenta) parcelas mensais fixas, com carência de 10 (dez) meses, não havendo possibilidade de conversão de carência em prazo mensal adicional, constituindo prazo total de financiamento (parcelas + carência) de até 50 (cinquenta) meses.

EMPREENDER PROFISSIONAL LIBERAL JUVENTUDES					
Limites		Taxa de juros	Número de parcelas mensais	Período de carência	Prazo total de financiamento
Valor mínimo	R\$ 3.000,00	0,64% a.m.	Até 40 (quarenta)	10 (dez) meses	Até 50 (cinquenta) meses
Valor máximo	R\$ 30.000,00				

4.5 EMPREENDER MULHER:

4.5.1 A linha de crédito denominada EMPREENDER MULHER é destinada somente a PESSOAS FÍSICAS mulheres que se encontrem em situações de violência e/ou de vulnerabilidade social, com objetivo de incentivar a geração de ocupação e renda.

4.5.2 Em razão do objetivo da linha EMPREENDER MULHER, as inscrições relacionadas a esta linha permanecerão abertas de modo contínuo e ininterrupto, ficando assegurada urgência e prioridade na análise das concessões, condicionadas exclusivamente à disponibilidade técnica e operacional da Secretaria Executiva do Empreendedorismo.

4.5.3 A partir da publicação deste edital, não serão permitidas renovações vinculadas a linha EMPREENDER MULHER, assegurado o direito de nova inscrição em outras linhas do Programa EMPREENDER PB.

4.5.4 Documentação específica da linha de crédito EMPREENDER MULHER:

a) Plano de negócio, acompanhado de documentos comprobatórios quando disponíveis;

b) Declaração de encaminhamento emitida pela Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana (SEMDH), acompanhada do Número de Identificação Social (NIS) disponibilizado pela Caixa Econômica Federal (CEF);

c) Comprovante de residência em nome da inscrita/proponente, observado o disposto na Lei Federal n.º 7.115/1983, resguardado o direito ao sigilo de endereço no caso de inscrita/proponente que se encontre sob a proteção de ente público, em abrigo ou albergue específico para tal fim, nos termos da legislação vigente, situação na qual será indicado nos formulários e documentos de inscrição e nos autos do processo administrativo de concessão de financiamento de crédito produtivo orientado o endereço da sede do ente público responsável pela proteção e guarda da inscrita/proponente.

4.5.5 Os limites de valores mínimo e máximo dos créditos a serem concedidos através da linha EMPREENDER MULHER são R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais) e R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), respectivamente.

4.5.6 A taxa de juros referente à linha EMPREENDER MULHER é de 0,50% a.m. (zero vírgula cinquenta por cento ao mês).

4.5.7 Para concessão de crédito e financiamento será retido o percentual de 2% (dois por cento) do valor total liberado para formação da reserva garantidora.

4.5.8 O pagamento poderá ser dividido em até 40 (quarenta) parcelas mensais fixas, com carência de 10 (dez) meses, não havendo possibilidade de conversão de carência em prazo mensal adicional, constituindo prazo total de financiamento (parcelas + carência) de até 50 (cinquenta) meses.

EMPREENDER MULHER					
Limites		Taxa de juros	Número de parcelas mensais	Período de carência	Prazo total de financiamento
Valor mínimo	R\$ 1.500,00	0,50% a.m.	Até 40 (quarenta)	10 (dez) meses	Até 50 (cinquenta) meses
Valor máximo	R\$ 15.000,00				

4.6 EMPREENDER ARTESANATO:

4.6.1 A linha de crédito denominada EMPREENDER ARTESANATO é destinada somente a PESSOAS FÍSICAS que **sejam artesãos ou artesãs**, nos termos da Lei Federal n.º 13.180/2015 e demais normativos aplicáveis, com objetivo de incentivar a geração de ocupação e renda para os profissionais do ofício.

4.6.2 Documentação específica da linha de crédito EMPREENDER ARTESANATO:

a) Plano de negócios, acompanhado de documentos comprobatórios quando disponíveis;

b) Documento comprobatório da inclusão do(a) inscrito(a)/proponente no Programa do Artesanato Brasileiro e no Sistema de Informações Cadastrais do Artesanato Brasileiro (SICAB), nos termos dos normativos expedidos pelo Governo Federal que estejam vigentes no momento da inscrição no Programa EMPREENDER PB, ou, em caso de extinção do referido programa / sistema e/ou ausência dos normativos referidos, nos termos a serem estabelecidos e divulgados previamente pela Secretaria Executiva do Empreendedorismo do Governo do Estado da Paraíba.

4.6.3 Os limites de valores mínimo e máximo dos créditos a serem concedidos através da linha EMPREENDER ARTESANATO são R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais) e R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), respectivamente.

4.6.4 A taxa de juros referente à linha EMPREENDER ARTESANATO é de 0,50% a.m. (zero vírgula cinquenta por cento ao mês).

4.6.5 Para concessão de crédito e financiamento será retido o percentual de 2% (dois por cento) do valor total liberado para formação da reserva garantidora.

4.6.6 O pagamento poderá ser dividido em até 30 (trinta) parcelas mensais fixas, com carência de 06 (seis) meses, não havendo possibilidade de conversão de carência em prazo mensal adicional, constituindo prazo total de financiamento (parcelas + carência) de até 36 (trinta e seis) meses.

EMPREENDER ARTESANATO					
Limites		Taxa de juros	Número de parcelas mensais	Período de carência	Prazo total de financiamento
Valor mínimo	R\$ 1.500,00	0,50% a.m.	Até 30 (trinta)	06 (seis) meses	Até 36 (trinta e seis) meses
Valor máximo	R\$ 15.000,00				

4.7 EMPREENDER MOTOCICLISTA PROFISSIONAL:

4.7.1 A linha de crédito EMPREENDER MOTOCICLISTA PROFISSIONAL é destinada a PESSOAS FÍSICAS que atuam no **setor de transporte de pessoas, cargas e prestação de serviços**,

e pretendam adquirir motocicletas novas (0km) de 150cc (cento e cinquenta cilindradas), 160cc (cento e sessenta cilindradas), 190cc (cento e noventa cilindradas) ou equipamentos/ acessórios profissionais e/ou de segurança também novos para tais veículos, a serem utilizados exclusivamente como meio de trabalho.

4.7.2 Regramentos Gerais:

4.7.2.1 O valor aprovado do crédito orientado para o tomador final de recursos será transferido diretamente para a empresa escolhida pelo proponente, devidamente credenciada nesta linha de crédito, a qual, executará a venda e entrega do bem móvel, qual seja, motocicleta nova (0km), cujo a cilindragem pode ser entre as seguir: 150cc (cento e cinquenta cilindradas), 160cc (cento e sessenta cilindradas), 190cc (cento e noventa cilindradas), como também aquisição de equipamentos/ acessórios profissionais e/ou de segurança novos para tal veículo, a ser utilizado exclusivamente como meio de trabalho do beneficiário final.

4.7.2.2 O limite máximo a ser concedido através da linha EMPREENDER MOTOCICLISTA PROFISSIONAL deve, respectivamente, seguir a ordem de aquisição das motocicletas novas, como o bem principal para que o proponente possa exercer sua atividade laboral, sendo secundário a aquisição dos equipamentos/acessórios profissionais e/ou de segurança também novos para tais veículos, a serem utilizados exclusivamente como meio de trabalho, até o limite mencionado.

4.7.3 Documentação específica da linha de crédito EMPREENDER MOTOCICLISTA PROFISSIONAL:

a) Carteira Nacional de Habilitação (CNH) vigente;

b) Documento comprobatório da condição de profissional de transporte emitido por órgão, entidade ou instituição competente;

c) Alvará de licença municipal nas localidades onde o exercício profissional exige licenciamento;

d) Orçamento, dentro do prazo de validade, detalhando o valor de venda da motocicleta e/ou equipamentos/ acessórios profissionais, emitida por empresa certificada junto aos órgãos de fiscalização da atividade e previamente credenciada junto ao Programa EMPREENDER PB.

4.7.4 Só será permitida a aquisição de 01 (uma) única motocicleta por tomador final de recursos, observado, para tanto, o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF).

4.7.5 Não haverá alienação fiduciária ou outra modalidade de restrição de propriedade em relação as motocicletas adquiridas com recursos disponibilizados através da linha de crédito EMPREENDER MOTOCICLISTA PROFISSIONAL, sendo acrescido ao valor comercial total do veículo e ao financiamento de crédito o valor destinado a formação de reserva garantidora.

4.7.6 Os limites de valores mínimo e máximo dos créditos a serem concedidos através da linha EMPREENDER MOTOCICLISTA PROFISSIONAL são R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais) e R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), respectivamente.

4.7.7 A taxa de juros referente à linha EMPREENDER MOTOCICLISTA PROFISSIONAL é de 0,64% a.m. (zero vírgula sessenta e quatro por cento ao mês).

4.7.8 Para concessão de crédito e financiamento será retido o percentual de 2% (dois por cento) do valor total liberado para formação da reserva garantidora.

4.7.9 O pagamento poderá ser dividido em até 45 (quarenta e cinco) parcelas mensais fixas, com carência de 03 (três) meses, não havendo possibilidade de conversão de carência em prazo mensal adicional, constituindo prazo total de financiamento (parcelas + carência) de até 48 (quarenta e oito) meses.

EMPREENDER MOTOCICLISTA PROFISSIONAL					
Limites		Taxa de juros	Número de parcelas mensais	Período de carência	Prazo total de financiamento
Valor mínimo	R\$ 1.500,00	0,64% a.m.	Até 45 (quarenta e cinco)	03 (três) meses	Até 48 (quarenta e oito) meses
Valor máximo	R\$ 30.000,00				

4.8 EMPREENDER PESSOA JURÍDICA:

4.8.1 A linha de crédito EMPREENDER PESSOA JURÍDICA é destinada a PESSOAS JURÍDICAS regularmente formalizadas e com cadastro ativo junto à Secretaria da Receita Federal (SRF), que atuem no Estado da Paraíba há mais de **01 (um) ano promovendo o(s) objetivo(s) da Lei n.º 10.128/2013**.

4.8.2 Documentação específica da linha de crédito EMPREENDER PESSOA JURÍDICA:

a) Projeto de financiamento, observado o modelo disponibilizado pela Secretaria Executiva do Empreendedorismo, contendo detalhamento acerca da aplicação dos recursos provenientes do crédito a ser financiado pelo Programa EMPREENDER PB, acompanhado de orçamentos em caso de bens e/ou serviços a serem adquiridos com tais recursos, que devem ser fornecidos em formato que permita identificar o nome/razão social do emissor, CNPJ e endereço, bem como, fornecendo descritivo preciso dos bens e/ou serviços e de seu valor comercial;

b) Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Física (DIRPF) de todos os titulares da pessoa jurídica, referente ao último exercício fiscal, acompanhada do respectivo recibo de entrega à Secretaria da Receita Federal do Brasil. Em se tratando de titular de pessoa jurídica isento da apresentação de DIRPF, deverá apresentar a declaração de isento do imposto de renda pessoa física;

c) Documentações fiscais, financeiras e patrimoniais, de acordo com o regime de enquadramento da pessoa jurídica proponente, observado que, tendo sido a pessoa jurídica constituída em tempo inferior a 02 (dois) exercícios fiscais completos, os documentos a seguir indicados abrangerão apenas o tempo efetivo de constituição da pessoa jurídica.

4.8.2.d.1 Em se tratando de pessoa jurídica optante pelo regime do SIMPLES NACIONAL (Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte), instituído pela Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

4.8.2.d.1.a Declaração de Informações Socioeconômicas e Fiscais (DEFIS), referente ao último exercício fiscal, acompanhada do respectivo recibo de entrega à Secretaria da Receita Federal do Brasil;

4.8.2.d.1.b Balanço patrimonial referente aos 02 (dois) últimos exercícios fiscais, ou “Formulário de Dados Contábeis” devidamente preenchido com as informações exigidas pela legislação e normas vigentes, devendo constar as assinaturas do(s) titular(es) que responda(m) pela pessoa jurídica e do(a) contador(a) da mesma;

4.8.2.d.1.c Relatórios do Programa Gerador do Documento de Arrecadação do Simples Nacional – Declaratório (PGDAS-D) referentes aos 02 (dois) últimos exercícios fiscais acompanhados dos seus recibos de entrega.

4.8.2.d.2 Em se tratando de pessoa jurídica optante pelos regimes de LUCRO PRESUMIDO ou de LUCRO REAL:

4.8.2.d.2.a Recibo de entrega da Escrituração Contábil Digital (ECD), acompanhada do Balanço Consolidado e da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) referentes aos 02 (dois) últimos exercícios fiscais;

4.8.2.d.2.b Recibo da Escrituração Contábil Fiscal (ECF) completa, referente aos 02(dois) últimos exercícios fiscais;

4.8.2.d.2.c Escrituração Fiscal Digital (EFD) – Contribuições, referentes ao último exercício fiscal.



Caso a pessoa jurídica disponha, poderá apresentar os documentos fiscais listados na Escrituração Fiscal Digital (EFD), consubstanciadas nos 12 (doze) recibos mensais acrescidos dos 12 (doze) relatórios mensais das Contribuições - Consolidação das Operações por CST, alíquota e bloco;

4.8.2.d.2.d Comprovação de envio da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF) e respectivos recibos referentes aos últimos 06 (seis) meses;

4.8.2.d.3 Em se tratando de pessoa jurídica constituída na forma de Microempreendedor Individual (MEI):

4.8.2.d.3.a Declaração Anual do Simples Nacional - Microempreendedor Individual (DASN SIMEI), acompanhada do respectivo recibo de entrega, referentes aos 02 (dois) últimos exercícios fiscais;

e) Controles financeiros que comprovem a movimentação operacional da pessoa jurídica nos últimos 03 (três) meses, tendo como exemplos: notas de entrada e saída, fluxo de caixa, devendo constar as assinaturas de titular(es) que responda(m) pela pessoa jurídica e do(a) contador(a) da mesma;

4.8.3 Os limites de valores mínimo e máximo dos créditos a serem concedidos através da linha EM PREENDER PESSOA JURÍDICA são R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) e R\$ 100.000,00 (cem mil reais), respectivamente.

4.8.4 A taxa de juros referente à linha EMPREENDER PESSOA JURÍDICA é de 0,64% a.m. (zero vírgula sessenta e quatro por cento ao mês).

4.8.5 Para concessão de crédito e financiamento será retido o percentual de 2% (dois por cento) do valor total liberado para formação da reserva garantidora.

4.8.6 O pagamento poderá ser dividido em até 30 (trinta) parcelas mensais fixas, com carência de 06 (seis) meses, não havendo possibilidade de conversão de carência em prazo mensal adicional, constituindo prazo total de financiamento (parcelas + carência) de até 36 (trinta e seis) meses.

EMPREENDER PESSOA JURÍDICA					
Limites		Taxa de juros	Número de parcelas mensais	Período de carência	Prazo total de financiamen to
Valor mínimo	R\$ 5.000,00	0,64% a.m.	Até 30 (trinta)	06 (seis) meses	Até 36 (trinta e seis) meses
Valor máximo	R\$ 100.000,00				

4.9 EMPREENDER COOPERATIVAS:

4.9.1 A linha de crédito EMPREENDER COOPERATIVAS é destinada a PESSOAS JURÍDICAS regularmente constituídas e formalizadas na forma de cooperativas e com cadastro ativo junto à Secretaria da Receita Federal (SRF), que atuem no Estado da Paraíba há mais de **01 (um) ano promovendo o(s) objetivo(s) da Lei n.º 10.128/2013.**

4.9.2 Documentação específica da linha de crédito EMPREENDER COOPERATIVAS:

a) Projeto de financiamento, observado o modelo disponibilizado pela Secretaria Executiva do Empreendedorismo, contendo detalhamento acerca da aplicação dos recursos provenientes do crédito a ser financiado pelo Programa EMPREENDER PB, acompanhado de orçamentos em caso de bens e/ou serviços a serem adquiridos com tais recursos, que devem ser fornecidos em formato que permita identificar o nome/razão social do emissor, CNPJ e endereço, bem como, fornecendo descritivo preciso dos bens e/ou serviços e de seu valor comercial;

b) Certificado de Registro de Cooperativas junto ao Sindicato e Organização Das Cooperativas do Estado da Paraíba (OCB/PB);

c) Ata de Assembleia de constituição ou fundação da cooperativa ou documento equivalente, com registro junto aos órgãos competentes;

d) Estatuto Social atual da cooperativa, incluindo todas as alterações e suas respectivas aprovações, acompanhado de documentação comprobatória de registro junto aos órgãos competentes;

e) Ata de Assembleia que elegeu os representantes legais da cooperativa, incluindo o Conselho de Administração (ou órgão similar), indicando seus respectivos titulares e suplentes, ou documento equivalente, com registro junto aos órgãos competentes;

f) Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Física (DIRPF) dos 03 (três) principais representantes legais diretos eleitos da cooperativa, referentes ao último exercício fiscal, acompanhadas dos respectivos recibos de entrega à Secretaria da Receita Federal do Brasil. Em se tratando de representante legal de pessoa jurídica isento da apresentação de DIRPF, deverá ser apresentada documentação comprobatória de tal condição;

g) Recibo de entrega da Escrituração Contábil Digital (ECD), acompanhada do Balanço Consolidado e da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) referentes aos 02 (dois) últimos exercícios fiscais;

h) Recibo da Escrituração Contábil Fiscal (ECF) completa referentes aos 02 (dois) últimos exercícios fiscais;

i) Escrituração Fiscal Digital (EFD) – Contribuições, referentes ao último exercício fiscal. Caso a pessoa jurídica disponha, poderá apresentar os documentos fiscais listados na Escrituração Fiscal Digital (EFD), consubstanciadas nos 12 (doze) recibos mensais acrescidos dos 12 (doze) relatórios mensais das Contribuições - Consolidação das Operações por CST, alíquota e bloco;

j) Comprovação de envio da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF) e respectivos recibos referentes aos últimos 06 (seis) meses;

k) Controles financeiros que comprovem a movimentação operacional da pessoa jurídica nos últimos 03 (três) meses, tendo como exemplos: notas de entrada e saída, fluxo de caixa, devendo constar as assinaturas de titular(es) que responda(m) pela pessoa jurídica e do(a) contador(a) da mesma.

4.9.3 São elegíveis à linha EMPREENDER COOPERATIVAS as PESSOAS JURÍDICAS que atendam todas as condições a seguir:

a) Receita bruta no último exercício fiscal igual ou inferior a R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais);

b) Mínimo de 01 (um) ano de atuação na área objeto do projeto técnico;

c) Objeto social e/ou Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) que contemple atividade compatível com o desenvolvimento do projeto proposto.

4.9.4 Os limites de valores mínimo e máximo dos créditos a serem concedidos através da linha EM PREENDER COOPERATIVAS são R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) e R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), respectivamente.

4.9.5 A taxa de juros referente à linha EMPREENDER COOPERATIVAS é de 0,64% a.m. (zero vírgula sessenta e quatro por cento ao mês).

4.9.6 Para concessão de crédito e financiamento será retido o percentual de 2% (dois por cento) do valor total liberado para formação da reserva garantidora.

4.9.7 O pagamento poderá ser dividido em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais fixas, com carência de 12 (doze) meses, não havendo possibilidade de conversão de carência em prazo mensal adicional, constituindo prazo total de financiamento (parcelas + carência) de até 48 (quarenta e oito) meses.

EMPREENDER COOPERATIVAS					
Limites		Taxa de juros	Número de parcelas mensais	Período de carência	Prazo total de financiamento
Valor mínimo	R\$ 5.000,00	0,64% a.m.	Até 36 (trinta e seis)	12 (doze) meses	Até 48 (quarenta e oito) meses
Valor máximo	R\$ 200.000,00				

4.10 EMPREENDER SOLAR:

4.10.1 A linha de crédito EMPREENDER SOLAR é destinada a PESSOAS JURÍDICAS que pretendam investir em projetos de microgeração distribuída solar fotovoltaica, nas áreas urbana e/ou rural, para consumo próprio direto e/ou para utilização de créditos através do sistema de compensação de energia elétrica, nos moldes estabelecidos pela legislação vigente e pelos normativos da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

4.10.2 Regramentos Gerais:

4.10.2.1 O valor aprovado do crédito orientado para o tomador final será transferido diretamente para a empresa escolhida pelo proponente, devidamente credenciada nesta linha de crédito, sendo esse valor definido pela análise do Projeto de financiamento e deferimento do projeto de microgeração distribuída solar fotovoltaica apresentado, nos moldes estabelecidos por este edital, legislação vigente e pelos normativos da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

4.10.3 Documentação específica da linha de crédito EMPREENDER SOLAR:

a) Projeto de financiamento, observado o modelo disponibilizado pela Secretaria Executiva do Empreendedorismo, contendo detalhamento acerca da aplicação dos recursos provenientes do crédito a ser financiado pelo Programa EMPREENDER PB, acompanhado de manifestação da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Sustentabilidade da Paraíba (SEMAS/PB), atestando a compatibilidade com as políticas ambientais e de sustentabilidade vigentes, possibilitando o incremento de energias limpas e renováveis na matriz energética do Estado da Paraíba, e que contemple, internamente ou de forma anexa, toda a documentação relacionada à proposta de implementação de microgeração distribuída solar fotovoltaica, nas áreas urbana e/ou rural, para consumo próprio direto e/ou para utilização de créditos através do sistema de compensação de energia elétrica, nos moldes estabelecidos pela legislação vigente e pelos normativos da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), elaborada por empresa certificada junto aos órgãos de fiscalização da atividade, previamente credenciada junto ao Programa EMPREENDER PB, e detentora de Inscrição Estadual junto à Secretaria de Estado da Fazenda da Paraíba (SEFAZ/PB), detalhando o valor de venda individualizado dos produtos / equipamentos necessários e dos serviços a serem prestados para efetiva implementação prática do projeto de microgeração distribuída solar fotovoltaica, e com a identificação expressa dos profissionais técnicos responsáveis;

b) Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Física (DIRPF) de todos os titulares da pessoa jurídica, referente ao último exercício fiscal, acompanhada do respectivo recibo de entrega à Secretaria da Receita Federal do Brasil. Em se tratando de titular de pessoa jurídica isento da apresentação de DIRPF, deverá apresentar a declaração de isento do imposto de renda pessoa física;

c) Documentações fiscais, financeiras e patrimoniais, de acordo com o regime de enquadramento da pessoa jurídica proponente, observado que, tendo sido a pessoa jurídica constituída em tempo inferior a 02 (dois) exercícios fiscais completos, os documentos a seguir indicados abrangerão apenas o tempo efetivo de constituição da pessoa jurídica:

4.10.3.c.1 Em se tratando de pessoa jurídica optante pelo regime do SIMPLES NACIONAL (Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte), instituído pela Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

4.10.3.c.1.a Declaração de Informações Socioeconômicas e Fiscais (DEFIS), referente ao último exercício fiscal, acompanhada do respectivo recibo de entrega à Secretaria da Receita Federal do Brasil;

4.10.3.c.1.b Balanço patrimonial referente aos 02 (dois) últimos exercícios fiscais, ou “Formulário de Dados Contábeis” devidamente preenchido com todas as informações exigidas pela legislação e normas vigentes, devendo constar as assinaturas do(s) titular(es) que responda(m) pela pessoa jurídica e do(a) contador(a) da mesma;

4.10.3.c.1.c Relatórios do Programa Gerador do Documento de Arrecadação do Simples Nacional – Declaratório (PGDAS-D) referentes aos 02 (dois) últimos exercícios fiscais, acompanhados dos seus recibos de entrega;

4.10.3.c.2 Em se tratando de pessoa jurídica optante pelos regimes de LUCRO PRESUMIDO ou de LUCRO REAL:

4.10.3.c.2.a Recibo de entrega da Escrituração Contábil Digital (ECD), acompanhada do Balanço Consolidado e da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) referentes aos 02 (dois) últimos exercícios fiscais;

4.10.3.c.2.b Recibo da Escrituração Contábil Fiscal (ECF) completa referente aos 02 (dois) últimos exercícios fiscais;

4.10.3.c.2.c Escrituração Fiscal Digital (EFD) – Contribuições, referentes ao último exercício fiscal. Caso a pessoa jurídica disponha, poderá apresentar os documentos fiscais listados na Escrituração Fiscal Digital (EFD), consubstanciadas nos 12 (doze) recibos mensais acrescidos dos 12 (doze) relatórios mensais das Contribuições - Consolidação das Operações por CST, alíquota e bloco;

4.10.3.c.2.d Comprovação de envio da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF) e respectivos recibos referentes aos últimos 06 (seis) meses;

4.12.2.c.3 Em se tratando de pessoa jurídica constituída na forma de Microempreendedor Individual (MEI):

4.10.3.c.3.a Declaração Anual do Simples Nacional - Microempreendedor Individual (DASN SIMEI), acompanhada do respectivo recibo de entrega, referentes aos 02 (dois) últimos exercícios fiscais;

e) Controles financeiros que comprovem a movimentação operacional da pessoa jurídica nos últimos 03 (três) meses, tendo como exemplos: notas de entrada e saída, fluxo de caixa, devendo constar as assinaturas de titular(es) que responda(m) pela pessoa jurídica e do(a) contador(a) da mesma;

4.10.4 Só será permitida a apresentação de 01 (um) único projeto por contrato de financiamento de crédito produtivo orientado do Programa EMPREENDER PB, observado, para tanto, o número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).

4.10.5 Não haverá alienação fiduciária ou outra modalidade de restrição de propriedade em relação aos equipamentos adquiridos com recursos disponibilizados através da linha de crédito EMPREENDER SOLAR, sendo acrescido ao valor comercial total do projeto e ao financiamento de crédito o valor destinado a formação de reserva garantidora.

4.10.6 Os limites de valores mínimo e máximo dos créditos a serem concedidos através da linha EMPREENDER SOLAR são R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) e R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), respectivamente.

4.10.7 A taxa de juros referente à linha EMPREENDER SOLAR é de 0,64% a.m. (zero vírgula sessenta e quatro por cento ao mês).

4.10.8 Para concessão de crédito e financiamento será retido o percentual de 2% (dois por cento) do valor total liberado para formação da reserva garantidora.

4.10.9 O pagamento poderá ser dividido em até 54 (cinquenta e quatro) parcelas mensais fixas, com carência de 06 (seis) meses, não havendo possibilidade de conversão de carência em prazo mensal adicional, constituindo prazo total de financiamento (parcelas + carência) de até 60 (sessenta) meses.

EMPREENDER SOLAR					
Limites		Taxa de juros	Número de parcelas mensais	Período de carência	Prazo total de financiamento
Valor mínimo	R\$ 15.000,00	0,64% a.m.	Até 54 (cinquenta e quatro)	06 (seis) meses	Até 60 (sessenta) meses
Valor máximo	R\$ 150.000,00				

4.11 EMPREENDER RURAL:

4.11.1 A linha de crédito EMPREENDER RURAL é destinada a PESSOAS FÍSICAS E/OU JURÍDICAS e tem como objetivo incentivar a geração de ocupação e renda para os empreendedores rurais, por meio do acesso a crédito produtivo orientado, que impulse a produtividade, promova práticas sustentáveis e gere emprego e renda aos empreendimentos rurais do Estado da Paraíba.

4.11.2 Documentação específica para da linha de crédito EMPREENDER RURAL destinada a PESSOAS FÍSICAS:

- a) Plano de negócio, acompanhado de documentos comprobatórios quando disponíveis;
- b) Declaração de enquadramento a linha Empreender Rural emitida pela Empresa Paraibana de Pesquisa, Extensão Rural e Regularização Fundiária (EMPAER), sob o número de registro específico, qualificando o(a) agricultor(a) com produção enquadrada como: POA – Produto de Origem Animal e/ ou POV – Produto de Origem Vegetal;
- 4.11.3 Os limites de valores mínimo e máximo dos créditos a serem concedidos através da linha EMPREENDER RURAL – PESSOA FÍSICA são R\$ 3.000,00 (três mil reais) e R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), respectivamente.
- 4.11.4 A taxa de juros referente à linha EMPREENDER RURAL é de 0,64% a.m. (zero vírgula sessenta e quatro por cento ao mês).
- 4.11.5 Para concessão de crédito e financiamento será retido o percentual de 2% (dois por cento) do valor total liberado para formação da reserva garantidora.
- 4.11.6 O pagamento será dividido em parcelas mensais variáveis, conforme o período de carência definido limitado a até 12 (doze) meses, havendo possibilidade de conversão de carência em prazo mensal adicional, constituindo prazo total de financiamento (parcelas + carência) de até 60 (sessenta) meses.

EMPREENDER RURAL - PESSOA FÍSICA					
Limites		Taxa de juros	Número de parcelas mensais	Período de carência	Prazo total de financiamento
Valor mínimo	R\$3.000,00	0,64% a.m.	Variada em função do período de carência	Até 12 (doze) meses	Até 60 (sessenta) meses
Valor máximo	R\$ 30.000,00				

4.11.7 Documentação específica para da linha de crédito EMPREENDER RURAL destinada a PESSOAS JURÍDICAS:

- a) Projeto de financiamento, observado o modelo disponibilizado pela Secretaria Executiva do Empreendedorismo, contendo detalhamento acerca da aplicação dos recursos provenientes do crédito a ser financiado pelo Programa EMPREENDER PB, acompanhado de orçamentos em caso de bens e/ ou serviços a serem adquiridos com tais recursos, que devem ser fornecidos em formato que permita identificar o nome/razão social do emissor, CNPJ e endereço, bem como, fornecendo descritivo preciso dos bens e/ou serviços e de seu valor comercial;
- b) Declaração de enquadramento a linha Empreender Rural emitida pela Empresa Paraibana de Pesquisa, Extensão Rural e Regularização Fundiária (EMPAER), sob o número de registro específico, qualificando o(a) agroindústria, com produção enquadrada como: POA – Produto de Origem Animal e/ ou POV – Produto de Origem Vegetal;
- c) Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Física (DIRPF) de todos os titulares da pessoa jurídica, referente ao último exercício fiscal, acompanhada do respectivo recibo de entrega à Secretaria da Receita Federal do Brasil. Em se tratando de titular de pessoa jurídica isento da apresentação de DIRPF, deverá apresentar a declaração de isento do imposto de renda pessoa física.
- d) Documentações fiscais, financeiras e patrimoniais, de acordo com o regime de enquadramento da pessoa jurídica proponente, observado que, tendo sido a pessoa jurídica constituída em tempo inferior a 02 (dois) exercícios fiscais completos, os documentos a seguir indicados abrangerão apenas o tempo efetivo de constituição da pessoa jurídica.
- 4.11.7.d.1 Em se tratando de pessoa jurídica optante pelo regime do SIMPLES NACIONAL (Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte), instituído pela Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, deverão ser apresentados os seguintes documentos:
  - 4.11.7.d.1.a Declaração de Informações Socioeconômicas e Fiscais (DEFIS), referente ao último exercício fiscal, acompanhada do respectivo recibo de entrega à Secretaria da Receita Federal do Brasil;
  - 4.11.7.d.1.b Balanço patrimonial referente aos 02 (dois) últimos exercícios fiscais, ou “Formulário de Dados Contábeis” devidamente preenchido com as informações exigidas pela legislação e normas vigentes, devendo constar as assinaturas do(s) titular(es) que responda(m) pela pessoa jurídica e do(a) contador(a) da mesma;
  - 4.11.7.d.1.c Relatórios do Programa Gerador do Documento de Arrecadação do Simples Nacional – Declaratório (PGDAS-D) referentes aos 02 (dois) últimos exercícios fiscais acompanhados dos seus recibos de entrega.
  - 4.11.7.d.2 Em se tratando de pessoa jurídica optante pelos regimes de LUCRO PRESUMIDO ou de LUCRO REAL:
  - 4.11.7.d.2.a Recibo de entrega da Escrituração Contábil Digital (ECD), acompanhada do Balanço Consolidado e da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) referentes aos 02 (dois) últimos exercícios fiscais;
  - 4.11.7.d.2.b Recibo da Escrituração Contábil Fiscal (ECF) completa, referente aos 02(dois) últimos exercícios fiscais;
  - 4.11.7.d.2.c Escrituração Fiscal Digital (EFD) – Contribuições, referentes ao último exercício fiscal. Caso a pessoa jurídica disponha, poderá apresentar os documentos fiscais listados na Escrituração Fiscal Digital (EFD), consubstanciadas nos 12 (doze) recibos mensais acrescidos dos 12 (doze) relatórios mensais das Contribuições - Consolidadas das Operações por CST, alíquota e bloco;
  - 4.11.7.d.2.d Comprovação de envio da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF) e respectivos recibos referentes aos últimos 06 (seis) meses.
  - 4.11.7.d.3 Em se tratando de pessoa jurídica constituída na forma de Microempreendedor Individual (MEI):

- 4.11.7.d.3.a Declaração Anual do Simples Nacional - Microempreendedor Individual (DASN SIMEL), acompanhada do respectivo recibo de entrega, referentes aos 02 (dois) últimos exercícios fiscais;
- e) Controles financeiros que comprovem a movimentação operacional da pessoa jurídica nos últimos 03 (três) meses, tendo como exemplos: notas de entrada e saída, fluxo de caixa devendo constar as assinaturas de titular(es) que responda(m) pela pessoa jurídica e do(a) contador(a) da mesma.
- 4.11.8 Os limites de valores mínimo e máximo dos créditos a serem concedidos através da linha EMPREENDER RURAL – PESSOA JURÍDICA são R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) e R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), respectivamente.
- 4.11.9 A taxa de juros referente à linha EMPREENDER RURAL é de 0,64% a.m. (zero vírgula sessenta e quatro por cento ao mês).
- 4.11.10 Para concessão de crédito e financiamento será retido o percentual de 2% (dois por cento) do valor total liberado para formação da reserva garantidora.
- 4.11.11 O pagamento será dividido em parcelas mensais variáveis, conforme o período de carência definido limitado a até 12 (doze) meses, havendo possibilidade de conversão de carência em prazo mensal adicional, constituindo prazo total de financiamento (parcelas + carência) de até 60 (sessenta) meses.

EMPREENDER RURAL - PESSOA JURÍDICA					
Limites		Taxa de juros	Número de parcelas mensais	Período de carência	Prazo total de financiamento
Valor mínimo	R\$ 15.000,00	0,64% a.m.	Variada em função do período de carência	Até 12 (doze) meses	Até 60 (sessenta) meses
Valor máximo	R\$ 150.000,00				

5 DA RENOVAÇÃO

- 5.1 O procedimento de RENOVAÇÃO consiste em liberação de novo crédito para PESSOAS FÍSICAS OU JURÍDICAS que já solicitaram e obtiveram crédito anterior junto ao Programa EMPREENDER PB e tenham efetuado à quitação integral do financiamento concedido.
- 5.2 As PESSOAS FÍSICAS OU JURÍDICAS que estiverem habilitadas ao procedimento de RENOVAÇÃO são consideradas tomadores finais de recursos que já comprovaram sua capacidade de cumprimento das regras do Programa EMPREENDER PB e, por isso, participarão de um processo simplificado quando da tramitação do pedido de RENOVAÇÃO, que, dependerá, todavia, de disponibilidade de vagas e recursos orçamentários / financeiros e realização de novo procedimento de inscrição vinculado à modalidade de RENOVAÇÃO.
- 5.3 A habilitação ao procedimento de RENOVAÇÃO não assegura qualquer direito à concessão de novo crédito, que estará sempre sujeita à capacidade de atendimento do Programa EMPREENDER PB e disponibilidade orçamentária.
- 5.4 Os valores da renovação seguirão uma lógica sistemática, a qual o valor base será sempre o valor liberado no último contrato liquidado, havendo um acréscimo gradativo, tendo como base o histórico de adimplemento das parcelas do tomador final de recurso, conforme tabela a seguir:

HISTÓRICO DE ADIMPLEMENTO DAS PARCELAS – POR ATRASO	
Não houve registro de atraso	25%
Atrasos entre 01 e 30 dias	15%
Atrasos entre 31 e 60 dias	10%
Atrasos entre 61 e 90 dias	5%
Atrasos superiores à 91 dias	Renovação mediante reavaliação por parte do setor competente

- 5.4.1 O tomador final de recurso terá a oportunidade de escolher a opção do valor liberado no último contrato liquidado, acrescido de sua respectiva porcentagem ou poderá solicitar uma reavaliação por parte do setor competente, pleiteando aumento do valor até o limite da linha de crédito solicitada.
- 5.4.2 O tomador final de recurso que tiver registrado atrasos no adimplemento das suas parcelas acima dos 91 (noventa e um) dias, não terá a renovação automática, sendo necessário uma reavaliação por parte do setor competente, com a devida análise técnica, para definição dos valores da renovação pleiteada.
- 5.5 Para que a RENOVAÇÃO seja aceita, além de nova apresentação de todos os documentos exigidos para cada linha de crédito, serão necessários ainda:
  - a) Termo de quitação de contrato de financiamento de crédito produtivo orientado fornecido pela Secretaria Executiva do Empreendedorismo, podendo ser exigido para emissão de tal termo a prévia apresentação de comprovantes de pagamento pelo(a) tomador(a) final de recursos;
  - b) Observância do período mínimo de 12 (doze) meses após a data de efetiva liberação do crédito anterior registrada nos sistemas informatizados do Programa EMPREENDER PB;
  - c) Registros e/ou documento(s) que comprovem a aplicação do crédito produtivo orientado na geração de emprego e renda, atendendo, assim, aos objetivos principais da Lei Estadual n.º 10.128/2013, podendo ser exigida pela Secretaria Executiva do Empreendedorismo, quando necessária, a realização de prévia inspeção/visita técnica ao empreendimento.
- 5.6 Admitir-se-á no máximo 03 (três) procedimentos de RENOVAÇÃO por pessoa física ou jurídica, de acordo com a disponibilidade técnica e operacional, bem como, para observância de planejamento orçamentário, financeiro e administrativo.
- 5.6.1 Os acréscimos expostos no item 5.4 deste edital, não poderão ultrapassar valores equivalentes ao dobro da linha de crédito originária, ao final dos 03 (três) procedimentos de RENOVAÇÃO por pessoa física ou jurídica.
- 6 DA RENEGOCIAÇÃO
  - 6.1 O procedimento de RENEGOCIAÇÃO consiste na elaboração de um aditivo ao contrato de financiamento, para ajustar o instrumento a situações ocorridas em momento posterior ao da análise e concessão do crédito, que provocaram mudança(s) nas condições originais da avença.
  - 6.2 As PESSOAS FÍSICAS OU JURÍDICAS habilitadas ao procedimento de RENEGOCIAÇÃO são aquelas que tenham contrato de financiamento que não tenha sido integralmente quitado, e que atendam aos parâmetros e procedimentos estabelecidos unilateralmente pela Secretaria Executiva do Empreendedorismo.
  - 6.3 O procedimento de RENEGOCIAÇÃO será concluído e formalizado exclusivamente por meio de aditivo contratual mutuamente firmado entre as partes signatárias.
  - 6.4 O procedimento de RENEGOCIAÇÃO observará os parâmetros e procedimentos unilateralmente estabelecidos pela Secretaria Executiva do Empreendedorismo, que poderá interromper e/ou rejeitar a pretensão até a celebração do aditivo contratual.
  - 6.5 O procedimento de RENEGOCIAÇÃO só poderá ser realizado uma única vez a cada exercício



anual em relação a cada contrato de financiamento, exceto em situações atípicas, devidamente reconhecidas mediante prévia justificativa e aprovação pela Secretaria Executiva do Empreendedorismo.

6.6 Para que a RENEGOCIAÇÃO seja aceita, a Secretaria Executiva do Empreendedorismo poderá exigir documentação adicional a ser especificada em cada situação.

6.7 Os prazos a serem disponibilizados para fins de RENEGOCIAÇÃO serão unilateralmente estabelecidos pela Secretaria Executiva do Empreendedorismo, de acordo com as especificidades de cada tomador final de recursos.

6.8 O procedimento de RENEGOCIAÇÃO somente será autorizado/realizado mediante pagamento de valor inicial substancial (entrada), em percentual e/ou importe a ser unilateralmente estabelecido pela Secretaria Executiva do Empreendedorismo, de acordo com as especificidades de cada tomador final de recursos.

6.9 O procedimento de RENEGOCIAÇÃO observará a incidência de juros aplicáveis ao crédito concedido, inclusive no período de carência.

6.10 O procedimento de RENEGOCIAÇÃO poderá ser iniciado pelo tomador final de recursos através de solicitação por meio físico/impreso e/ou eletrônico, por requerimento formal próprio disponibilizado pela Secretaria Executiva do Empreendedorismo, admitindo-se a representação do(a) interessado(a) por meio de procuração particular com poderes específicos e firma reconhecida em cartório ou tabelionato legalmente autorizado.

**7 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

7.1 A qualquer tempo em que se constate que ocorreu desvio de finalidade na utilização do crédito concedido através do Programa EMPREENDER PB, ou fraude no processo/procedimento de concessão, a pessoa física e/ou jurídica envolvida ficará impossibilitada de obter novo crédito junto ao Programa EMPREENDER PB, sem prejuízo de adoção das medidas administrativas e judiciais cabíveis pela Secretaria Executiva do Empreendedorismo.

7.2 É vedado aos tomadores finais de recursos do Programa EMPREENDER PB a obtenção de financiamentos em mais de uma linha de crédito ao mesmo tempo.

7.3 Os recursos disponíveis na reserva garantidora podem ser utilizados - para as finalidades do art. 21 do Decreto Estadual n.º 32.144/2011, e em observância à manifestação formal do Conselho Gestor do Fundo Estadual de Apoio ao Empreendedorismo (Fundo EMPREENDER PB) - nas situações a seguir elencadas, sem prejuízo de outras que venham a ser incorporadas posteriormente:

a) morte de tomador(a) final de recursos pessoa física, que tenha contrato de financiamento não quitado junto ao Programa EMPREENDER PB, devidamente comunicada à Secretaria Executiva do Empreendedorismo por meio de requerimento formal, subscrito por interessado(a) apto(a) para tal, e acompanhado de documentação comprobatória hábil;

b) invalidez e/ou incapacidade permanente do(a) tomador(a) final de recursos pessoa física, devidamente comprovada por meio de documentação hábil;

c) atividade empreendedora do(a) tomador(a) final de recursos que tenha sido efetivamente prejudicada em razão de desastre e/ou calamidade pública oficialmente reconhecida e declarada, condicionando-se à requerimento apresentado pelo(a) interessado(a) perante a Secretaria Executiva do Empreendedorismo, acompanhada de documentação comprobatória hábil, que será objeto de análise e verificação pelo corpo técnico do órgão para posterior aprovação.

7.4 A ausência injustificada do(a) proponente, por 02 (duas) oportunidades, ao ato procedimental de elaboração de plano de negócios disponibilizado pelo Programa EMPREENDER PB ensejará o indeferimento e arquivamento sumário do processo administrativo de concessão de financiamento de crédito produtivo orientado.

7.5 O(s) crédito(s) que foram efetivamente liberado(s) aos tomadores finais de recursos do Programa EMPREENDER PB somente serão concedidos através de operação bancária de transferência de recursos para conta bancária de titularidade daqueles, a ser regularmente informada pelos mesmos e mantida ativa e utilizável para tal finalidade, responsabilidade esta que cabe exclusivamente aos tomadores, que declaram estarem expressamente cientes da total e absoluta ausência de responsabilidade do Governo do Estado da Paraíba e do Programa EMPREENDER PB por eventuais cobranças, bloqueios, descontos de taxa(s), tarifa(s) bancárias e/ou amortizações de dívida(s) realizadas diretamente pelas instituições bancárias às quais a conta informada estiver vinculada, que impliquem em indisponibilidade parcial ou total do crédito concedido pelo Programa EMPREENDER PB.

7.6 A eventual alteração das informações bancárias fornecidas pelo(a) inscrito(a)/proponente somente poderá ser realizada até a assinatura do contrato de financiamento de crédito produtivo orientado pelas partes, sendo absolutamente vedadas alterações posteriores a celebração do instrumento contratual, exceto em se tratando de situação de falha de responsabilidade da Secretaria Executiva do Empreendedorismo, devidamente certificada e sanada nos autos do processo administrativo de concessão de financiamento de crédito produtivo orientado.

7.7 Ocorrendo situação na qual a instituição bancária informe a impossibilidade de realização do crédito e/ou realize a devolução dos recursos objeto da operação bancária de transferência para conta bancária efetivamente informada pelo(a) tomador(a) final de recursos, ocorrerá a imediata rescisão do contrato de financiamento firmado entre as partes, independentemente de qualquer outro aviso e/ou comunicação, com a consequente extinção e arquivamento do processo administrativo de concessão de financiamento de crédito produtivo orientado, ficando o(a) tomador(a) final de recursos impedido(a) de obter novo crédito no Programa EMPREENDER PB até o encerramento do respectivo exercício anual no qual ocorreu a operação bancária sem sucesso.

7.8 A reemissão de boletos de cobrança e/ou outros instrumentos bancários semelhantes, utilizados pelas pessoas físicas ou jurídicas que obtiveram crédito junto ao Programa EMPREENDER PB para fins de pagamento do financiamento concedido, está sujeita a cobrança das respectivas tarifas bancárias, a serem recolhidas através de procedimento estabelecido pela Secretaria Executiva do Empreendedorismo.

7.9 A qualquer tempo em que se constate a ausência e/ou divergência em documento(s) necessário(s) ao(s) processo(s) administrativo(s) de concessão de financiamento de crédito produtivo orientado, a Secretaria Executiva do Empreendedorismo poderá conceder prazo de 10 (dez) dias úteis para que o(a) proponente apresente a documentação ausente e/ou esclareça a divergência, inclusive mediante a apresentação de originais para conferência, sujeitando-se o material a ser apresentado a nova análise, objetivando identificar se foi suprida a ausência e/ou esclarecida a divergência, situação na qual o processo poderá prosseguir a tramitação. Em caso de não suprimento da ausência ou manutenção da divergência após o prazo concedido para sanar a situação apontada, a Secretaria Executiva do Empreendedorismo poderá determinar o indeferimento e arquivamento sumário do processo, independentemente da fase em que se encontre, ainda que seja necessária a ruptura e rescisão unilateral de eventual contrato de financiamento que tenha sido celebrado.

7.10 A Secretaria Executiva do Empreendedorismo poderá firmar parcerias e protocolos com entes, órgãos e instituições, objetivando estabelecer colaboração técnica para viabilizar e/ou melhor desempenhar rotinas e procedimentos relacionados as regras previstas no presente Edital.

7.11 Aplicam-se a este Edital, no que couber, as disposições contidas no Decreto Federal n.º 9.094,

de 17 de julho de 2017, observadas as especificidades, procedimentos e condições de atuação dos órgãos do Governo do Estado da Paraíba.

7.12 É vedada a concessão de crédito, no âmbito do Programa EMPREENDER PB, a servidores públicos estaduais vinculados à Secretaria Executiva do Empreendedorismo, sejam efetivos e/ou comissionados, bem como a seus estagiários(as) e prestadores de serviço terceirizados contratados pelo referido órgão. Essa restrição aplica-se tanto aos que estejam atualmente em exercício, quanto àqueles que tenham mantido vínculo com a Secretaria nos últimos 06 (seis) meses anteriores à solicitação do crédito.

7.13 A Secretaria Executiva do Empreendedorismo decidirá todos os casos omissos relacionados ao Programa EMPREENDER PB.

João Pessoa / PB, data da assinatura eletrônica / digital.  
**FABRÍCIO FEITOSA BEZERRA**  
Secretário Executivo do Empreendedorismo

## Secretaria de Estado da Cultura

### EDITAL DE HABILITAÇÃO

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA DA PARAÍBA

**HABILITAÇÃO Nº 003/2025**

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA CULTURA, no uso da atribuição que lhe confere a Lei nº 9.332/2011 e tendo em vista o disposto no artigo 4º Inciso I do Decreto nº 43.711, de 22 de maio de 2023, Processo Administrativo: SCT-PRC-2024/02295, **RESOLVE:**

**HABILITAR O PROJETO CULTURAL SELECIONADO NO EDITAL Nº 004/2024 DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA SELEÇÃO DE PROJETOS DE INTERVENÇÃO EM PATRIMÔNIO EDIFICADO E EDIFICAÇÕES DE INTERESSE HISTÓRICO-CULTURAL, SITUADOS NO CENTRO HISTÓRIO DE JOÃO PESSOA, DENTRO DO PROGRAMA ICMS CULTURAL, RELACIONADO ABAIXO:**

**PROJETO:** HISTÓRIA EM CORES – PINTURA E PRESERVAÇÃO

**PROPONENTE:** LUIZ LUCAS DIAS MEIRELLES DA CUNHA

**CPF:** 806.565.104-63

**MUNICÍPIO DE REALIZAÇÃO:** JOÃO PESSOA

**VALOR DO PROJETO:** R\$197.169,40

João Pessoa, 13 de junho de 2025

**PEDRO DANIEL DE CARLI SANTOS**  
SECRETÁRIO DE ESTADO DA CULTURA

### EDITAL DE CHAMAMENTO

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA DA PARAÍBA

**EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 015/2025 PARA SELEÇÃO DE PROJETOS ARTÍSTICO-CULTURAIS NO ÂMBITO DO PROGRAMA ICMS CULTURAL**

**“EDITAL AÇÕES CONTINUADAS 2025”**

**RESULTADO FINAL DA ETAPA DE ANÁLISE TÉCNICA**

O Governo do Estado da Paraíba, por meio da Secretaria de Estado da Cultura, em consonância com o inciso IV do art. 27 e o inciso II do art. 28 da Lei nº 10.325, de 12 de junho de 2014; o inciso I do art. 4º do Decreto Estadual nº 43.711, de 22 de maio de 2023; com base no Decreto nº 44.527, de 07 de dezembro de 2023; no Decreto nº 44.791, de 20 de fevereiro de 2024; na Instrução Normativa nº 001/2025, de 31 de janeiro de 2025; e o Processo Administrativo nº SCT-PRC-2025/00345; regido pelos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência e da transparência, torna público o Resultado Final da Etapa de Análise Técnica, referente ao edital “Ações Continuadas 2025”.

**Notas metodológicas:**

1. Nesta etapa não cabe mais recurso por parte do proponente;
2. Após a homologação do resultado, os proponentes receberão um comunicado na plataforma Prosas, com o devido Termo do Compromisso de Incentivo para assinatura e devolução;
3. Após o recebimento do Termo do Compromisso de Incentivo assinado, serão emitidas as devidas Cartas de Autorização para Captação do valor com as empresas incentivadoras que assinaram as Cartas de Compromisso de Incentivo;
4. O projeto só receberá a autorização de execução do após a comprovação do recebimento de todo o valor solicitado via Carta de Compromisso de Incentivo;
5. Eventuais dúvidas poderão ser sanadas por meio do telefone **(83) 9 9121-4318** (Whatsapp) e do e-mail **icms@cultura.pb.gov.br**.

João Pessoa, 10 de junho de 2025.

**PEDRO DANIEL DE CARLI SANTOS**  
Secretário de Estado da Cultura da Paraíba  
**JAMIL JOSÉ CAMILO RICHENE NETO**  
Gerente Executivo de Fomento e Economia Criativa  
**GLÁUCIO VINÍCIUS FERREIRA NUNES**  
Gerente Operacional de Mecanismos de Incentivo  
**COMISSÃO DE SELEÇÃO**  
(Conforme item 10.2 do Edital)

**ALDRIN VIANNA DE SANTANA – MACAPÁ (AP)**

Possui graduação em Educação Artística pela Universidade Salvador (1997), mestrado em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2003) e doutorado em Arte e Cultura Visual pela Universidade Federal de Goiás (2017). Atualmente é professor adjunto da Universidade Federal do Amapá, consultor ad hoc da Universidade Federal da Integração Latino-Americana e participação em comissão de avaliação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. Curador e Consultor nas áreas de Artes Visuais, Design Gráfico e Digital. Tem experiência na área de Artes, com ênfase em Artes Visuais, atuando principalmente nos seguintes temas: design gráfico,